

X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO

GT 4- DIREITO À MORADIA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E POLÍTICA HABITACIONAL

A LUTA PELO DIREITO DE ESTAR: O CASO DO JARDIM DA UNIÃO (SP)

Ana Maria de C. N. F. Haddad¹, Bárbara Caetano Damasceno², Claudia de Andrade Silva³, Flávia Tadim Massimetti⁴, Marília Müller⁵, Natália Mayumi Bernardino Tamanaka⁶

RESUMO

O artigo visa relatar a experiência do Jardim da União, ocupação urbana no extremo sul de São Paulo (SP), no recorte do Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. O curso, organizado pela Peabiru TCA⁷ e FAUUSP, destinou-se a arquiteto(a)s e urbanistas recém-formado(a)s. A partir das atividades realizadas coletivamente, irá se abordar o potencial das práticas de assessoria técnica, considerando as dimensões jurídicas, físicas e socioambientais das intervenções, assim como destacar a necessidade de articulações com profissionais multidisciplinares. O desenvolvimento dessas ações, envolvendo agentes internos e externos ao território, permitiu a construção de um processo coletivo, destacando o papel político na luta pelos direitos da população.

Palavras-chave: Assentamentos populares; Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Os impactos resultantes das dinâmicas de urbanização, migração rural-urbana e industrialização, resultaram em um crescimento acelerado, acompanhado da transformação qualitativa e morfológica do espaço urbano (DEÁK, SCHIFFER, 2010). Entretanto, no caso da região sudeste e da cidade de São Paulo - principal e maior metrópole do país -, esse processo ocorreu de forma mais acentuada, relacionada à concentração industrial e decorrente fluxo migratório rural e regional, o que representou grande oportunidade de acumulação do capital e

¹ Arquiteta e urbanista, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Mestranda em Habitat, e-mail: anamariahaddad@usp.br

² Arquiteta e urbanista, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", - Bauru, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, e-mail: badamasceno@hotmail.com

³ Arquiteta e urbanista, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Mestranda em Habitat, e-mail: claudia.andrades.silva@usp.br

⁴ Arquiteta e urbanista, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Mestranda em Habitat, e-mail: flavia.massimetti@usp.br

⁵ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e-mail: mariliamullers@gmail.com

⁶ Arquiteta e urbanista, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - São Carlos, Mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, e-mail: natalia.tamanaka@usp.br

⁷ Assessoria Técnica multidisciplinar que atua há mais de 25 anos no campo da luta pela moradia digna e pelo direito à cidade. <<http://www.peabirutca.org.br/>>

crescimento econômico. Dessa forma, as cidades que antes se apresentavam locais de atividades administrativas, comerciais e financeiras, entre as décadas de 1960 e 1970 passam a ser também locais de produção (MARICATO, 1997), totalmente desassistidos de planejamento urbano e políticas públicas. Passam a surgir, então, diversas problemáticas urbanas relacionadas à falta de acesso à moradia, mobilidade, saúde, educação e demais serviços públicos, afetando principalmente a população de mais baixa renda.

Dos conflitos territoriais que emergem na escala urbana, o problema social da moradia rapidamente se torna um dos principais a serem enfrentados, devido a sua complexidade e diversidade, além das dimensões socioterritoriais, econômicas e ambientais que o envolvem. A questão da moradia ganha proporção e visibilidade nas regiões metropolitanas e grandes centros urbanos, remontando a causas e origens de raízes muito mais profundas e antigas, como a propriedade da terra.

Os trabalhadores recém-chegados na cidade e inseridos no processo de industrialização de baixos salários e mercado residencial restrito, viam-se obrigados a procurar soluções fora do mercado formal - marcado pelas relações capitalistas de produção (MARICATO, 2002). Isso porque muitos deles não recebiam salários suficientes para arcar com os custos da mercadoria habitação, uma vez que no Brasil o salário jamais foi regulamentado pelo preço da moradia, mas sim, determinado pelo mercado privado. Dentre estas soluções, destaca-se a autoconstrução da moradia e ocupação de loteamentos periféricos em áreas distantes do centro da cidade.

A autoconstrução 'equacionou' a questão habitacional desonerando o Estado, segregou os mais pobres 'longe dos olhos' da classe média, e à medida em que 'reduziu os custos e gastos com moradia' pelo trabalhador, permitiu que a recente prática industrial no Brasil acumulasse capital apoiada em uma significativa redução dos salários.

Em São Paulo, devido aos grandes deslocamentos, e à falta de prática (e técnica) do trabalhador urbano na construção civil, ocupar as zonas periféricas era praticamente um movimento compulsório (BONDUKI, 1994), endossado pelo Estado.

Devemos ressaltar que o direito à moradia sempre esteve intrinsecamente ligado ao trabalho - raramente foi posto como direito universal! Esta necessidade (de reprodução) da classe trabalhadora, nos termos marxistas "clássicos", nunca foi garantida plenamente pelo Estado, ou ainda pelo capital, e neste sentido, é preciso atualizar, de forma crítica, a investigação sobre a autoconstrução, uma vez que nem todas as noções e experiências do passado se foram, mas os novos formatos de posse da terra, bem como as transformações na esfera trabalhista demandam uma análise adequada aos dias atuais.

Cabral (2017), ao relatar uma experiência em Paraisópolis⁸, se esforça para definir o termo "autoconstrução" e diferenciá-lo de seus significados cristalizados no período industrial, leitura que

⁸ Paraisópolis é uma favela consolidada na cidade de São Paulo. Com origem nos anos 1960, a área reconhecida por se localizar junto a um dos bairros icônicos de alta renda, o Morumbi, passou ao longo das décadas por diversas intervenções de urbanização e provisão de equipamentos públicos (CABRAL, 2017, p. 51).

inevitavelmente nos remete aos construtores que conhecemos no Jd. da União que para além de autoconstruírem suas moradias, ajudaram - ora remunerado ora não remunerado - na construção da casa de outros moradores que não tinham prática na construção civil. O autor ressalta ainda que constantes tentativas de aproximação de arquitetos e engenheiros com os processos autoconstruídos vêm ocorrendo em paralelo aos processos de urbanização de assentamentos populares. Neste contexto destaca-se a Lei Federal nº 11.888/08, que instituiu a assistência técnica em todo território nacional. À época a lei foi vista como um avanço na regulamentação da assessoria técnica, à medida que assegurava para a população de até 3 salários mínimos, auxílio de um profissional da área da arquitetura e/ou engenharia em processos de construção, reforma, ampliação e regularização fundiária da residência (ROSSI, 2012, p. 235).

Contudo, a Lei de Assistência Técnica não é um resultado em si mesma, é decorrência de muita articulação da categoria profissional e está inserida no bojo de tantos outros marcos legais como o Estatuto da Cidade, Planos Diretores, Planos de Habitação de Interesse Social. A definição ampla e genérica das práticas da Lei abrange desde extensão universitária, prestadores de serviços autônomos, funcionários públicos à residência profissional. Mais ainda, abarca ações reais, principalmente, vinculadas ao direito constitucional à moradia e à oferta da assistência técnica à população de baixa renda, presentes no Estatuto da Cidade. Dessa forma, a assistência e assessoria técnica, pública e gratuita, para as famílias mais pobres está 'diretamente associada a um debate sobre direito (à moradia digna, à cidade) e políticas públicas (SANTO AMORE, 2017).

O trabalho, neste contexto (não tão) novo de capitalismo acelerado do século XXI, também se transformou, e - como foi este justamente nosso ponto de partida para explicarmos a autoconstrução - não podemos deixar de situá-lo como reflexo das mudanças físicas e espaciais na consolidação da cidade, somado à terra, ou melhor, o nó da terra, como define Maricato (1999), a raiz de toda essa problemática.

O Jd. da União, nesta chave, como fortíssima expressão espacial dos fenômenos de disputa da cidade capitalista, nos aproxima da discussão em termos teóricos e práticos não apenas sobre a produção do espaço, no sentido em que articulamos discussões sobre as dinâmicas político-econômicas dominantes, mas também sobre o alcance que a prática profissional em ATHIS pode ter, nas esferas faces jurídicas, físicas e socioambientais de atuação.

1. O JARDIM DA UNIÃO

O Jd. da União é uma ocupação urbana localizada no distrito do Grajaú (Figura 1). Em um terreno de aproximadamente 84.750 m², a ocupação se situa em uma área de proteção da região dos mananciais entre as represas Billings e Guarapiranga. Sua escolha como território a ser discutido se deu à relação iniciada com Assessoria Técnica Peabiru TCA, FAUUSP e, por fim, com o Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS), que será explicado posteriormente.

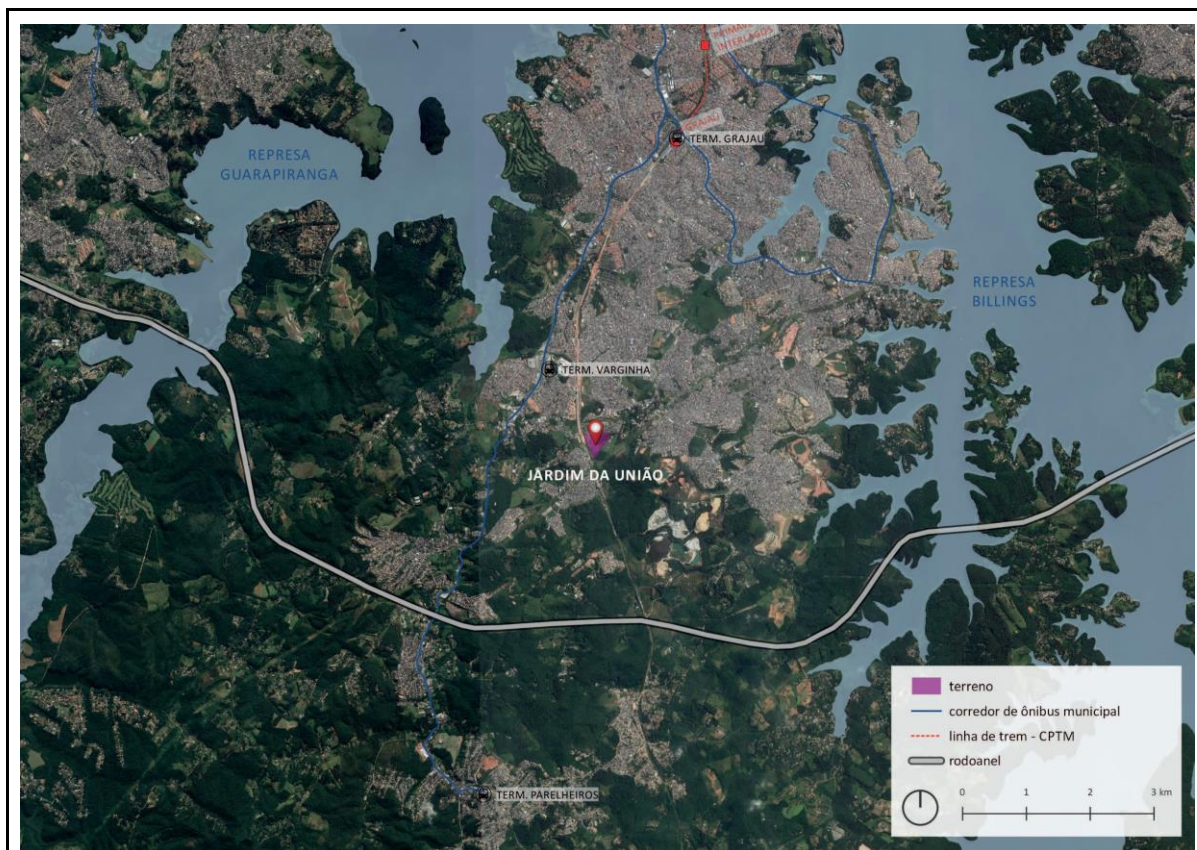


Figura 1 - Localização do Jd. da União. Fonte: Acervo Peabiru TCA, 2017.

Contar, neste momento, a história do Jd. da União, ainda que brevemente, significa recuperar os relatos absorvidos durante os meses que se seguiram de intensa convivência no Curso de Práticas Profissionalizante em Assessoria Técnica com a comunidade.

A formação do Jardim da União nos foi apresentada, a princípio, como um grupo de moradores, da região do Itajaí, bairro também localizado na zona sul da cidade de São Paulo e próxima da ocupação atual. Segundo Jurema, morar em uma ocupação nunca foi uma opção, mas na ausência de outra solução, essa foi a encontrada pelos moradores.

No Itajaí sofreram sucessivas ordens de despejo, até que, em 2013 passaram por uma reintegração de posse violenta. Após este processo, as famílias vincularam-se à Rede de Comunidades do Extremo Sul⁹, e passaram a buscar por um novo terreno, a área em que permanecem até hoje.

Jurema comenta que desde o início, as ruas foram organizadas reservando espaços para as áreas coletivas, para o “barracão” (local dedicado às reuniões da associação), praças e parquinho. Logo no início, a comunidade contava com uma cooperativa de reciclagem, creche comunitária, biblioteca e cooperativa de costura e, tudo era coordenado pelos próprios moradores na base do coletivismo e troca.

A propriedade, no entanto, pertence à Companhia Estadual de Habitação (CDHU) e seria destinada à implantação de um empreendimento habitacional para reassentamento de famílias

⁹ A Rede de Comunidades do Extremo Sul é um movimento popular que atuou de 2010 à 2015 na zona sul de São Paulo, e tinha como proposta a organização autônoma do povo da periferia.

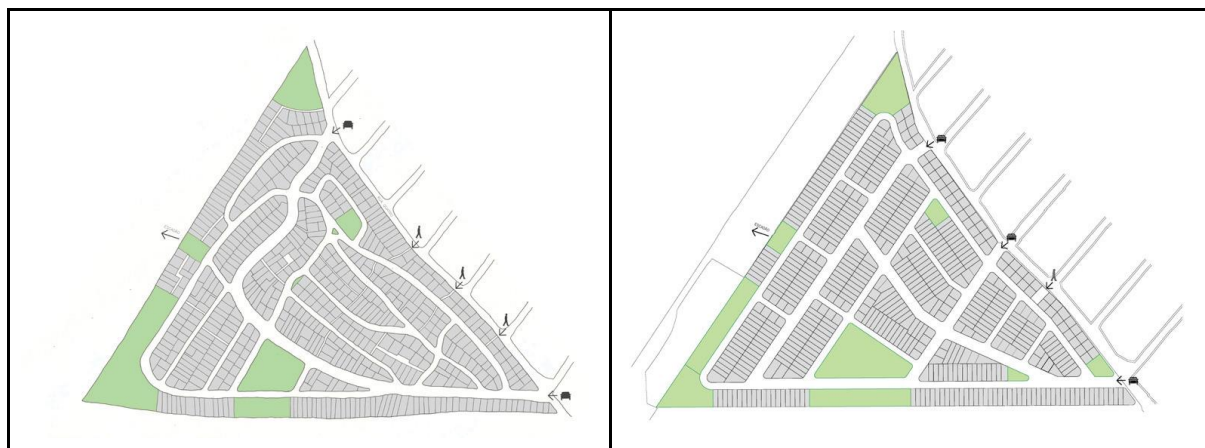
incluídas em urbanizações na região do Programa Mananciais (SANTO AMORE; PEREIRA; Horigoshi, 2019). Com este argumento, em 2015, a comunidade recebe uma nova ordem de despejo. O fato coincide com o fim Rede de Comunidades do Extremo Sul, e assim, nesse período, há uma forte evasão dos moradores.

Após deliberarem em assembleia que permaneceriam no local, começa-se a busca por apoio externo que pudesse fortalecer a luta. Durante essa busca, conhecem o Movimento de Luta Popular (MLP). O MLP dá suporte para a comunidade até hoje, e é através dele que os moradores conhecem a Peabiru TCA.

Em meio a negociações entre CDHU e os moradores, trouxe-se a ideia de urbanizar e regularizar como uma alternativa à remoção das famílias por conta do processo que corre na justiça (SANTO AMORE; REIS; MARQUES; PEREIRA, 2019).

No processo de desenvolvimento do Plano Popular, a Peabiru TCA desenvolveu diversas atividades em conjunto com os moradores e uma proposta de parcelamento do solo, que desde 2017 está sendo executada pelos próprios moradores, que abriram as ruas e realocaram casas para os lotes determinados (SANTO AMORE; REIS; MARQUES; PEREIRA, 2019), como visto nas Figuras 2 e 3.

(...) 'projeto' tem em si muito menos elementos, muito menos informações que permitam a execução de obras. Entretanto, tem o potencial de cumprir um papel político de organização de resistências pela permanência, de negociações com órgãos públicos e implementação de melhorias concretas das condições de vida. (Idem, 2019, p. 185).



Figuras 2 e 3 - Proposta de plano urbanístico que mantém o tecido urbano existente (à esquerda) e Proposta de plano urbanístico com reconfiguração dos lotes e ruas - "loteamento" (à direita). Fonte: Acervo Peabiru TCA, 2017.

Apesar do desejo da comunidade de tornar o local com *"cara de bairro"*, segundo relato de uma moradora, a Associação de Moradores não possuía recursos suficientes para manter o assessoramento técnico na execução do plano urbanístico, portanto os moradores começaram por si próprios, um processo de *"autourbanização"*, executando atividades que seriam papel do Estado.

A redução do tempo para realizar projetos urbanos e de regularização, desenvolvendo projetos de menor escala que se associem a assessoria e assistência técnica, respondendo às vulnerabilidades locais e ao mesmo se vinculem a uma urbanização a longo prazo é um dos desafios que a reflexão sobre as experiências dos anos 2010. (SANTO AMORE; REIS; MARQUES; PEREIRA, 2019).

2. CPPATHIS: ASSESSORES TÉCNICOS EM FORMAÇÃO

Como mencionado anteriormente, o Jd. da União foi fundamental para o desenvolvimento do Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS), sendo o local para a realização das atividades práticas. Essa escolha foi decorrência da relação que começou a ser construída em 2017, com a elaboração do Plano Popular Urbanístico da Ocupação Jd. da União com a Peabiru TCA. Desde então, também tem ocorrido a aproximação com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), uma vez que a ocupação foi área de estudo de algumas disciplinas do curso de graduação¹⁰.

Em 2018, a Peabiru começou a idealizar o escopo do curso, tendo o desenho acadêmico construído conjuntamente com professores da FAUUSP vinculados ao Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB). O CPPATHIS foi viabilizado institucionalmente nos órgãos colegiados na FAU e na USP, e coordenado pelos professores Caio Santo Amore, Karina Oliveira Leitão e Maria Lucia Refinetti Martins, contando com a colaboração de professores, pós-graduandos e especialistas com experiência em assessoria técnica. O curso foi voltado para arquitetos e urbanistas com até cinco anos de formação e teve 177 profissionais inscritos de todo Brasil. O grupo selecionado era formado por 25 cursistas e 11 monitores. E, no contexto de uma iminente reintegração de posse pela companhia estadual, proprietária do terreno, o curso pretendia fortalecer a luta e contribuir com a mobilização das famílias, técnicos e técnicas em torno do tema (SANTO AMORE; PEREIRA; HORIZGOSHI, 2019).

Além disso o curso foi dividido em aulas teóricas, realizadas às sextas-feiras, na FAUUSP, e atividades práticas no Jd. da União, aos sábados e em alguns domingos (Figuras 4 e 5). O conteúdo foi distribuído em três módulos. Porém, as delimitações param por aí. O curso, além disso como uma atividade de extensão universitária, foi um processo construído coletivamente com os atores envolvidos. Buscamos a ação transformadora, aberta à diversidade, que não se limita à teoria ou à prática, mas as integra - a verdadeira práxis freiriana. Buscamos a reunião das individualidades autônomas e singulares, que por meio do diálogo, da liberdade e da tolerância, permitiu a construção desse projeto coletivo (D'OTTAVIANO; ROVATI, 2017).

¹⁰ O Jd. da União foi trabalhado em disciplinas obrigatórias, ofertadas a aproximadamente 150 alunos em cada, sendo elas:

AUT 192 - 2017: Infraestrutura urbana e meio ambiente.

AUT 192 - 2018: Infraestrutura urbana e meio ambiente integrada a AUP 280 - 2018: Organização Urbana e Planejamento.



Figuras 4 e 5 - Primeiro dia de aula do CPPATHIS na FAUUSP (à esquerda) e primeira ida ao Jd. da União (à direita). Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Sendo assim, chegar ao território com um programa de necessidades e intervenções determinado, sem conhecer a realidade e as percepções dos moradores não condizia com a proposta do curso. Da mesma forma, trabalhar à distância não fazia sentido, afinal "a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam" (Frei Betto). A partir desse contato constante com os moradores que a relação de confiança começou a ser construída - relação fundamental para que aqueles mais de 40 estranhos - entre cursistas, monitores, professores e especialistas - pudessem atuar e contribuir na luta pela permanência da ocupação.

Foi nesse cenário, sob essas condições, que o curso se desenrolou. Diferentes realidades, trajetórias, vivências convergiram para o processo de formação desses 35 jovens assessores técnicos. Nesse caminho, muito do que aprendemos e, por vezes, idealizamos durante os cursos de graduação e na recente carreira profissional foi ressignificado. Percebemos que não há uma resposta única ou uma verdade absoluta em relação a nossa prática. Como disse Freire (1996), somos seres inacabados e inconclusos, e a consciência desse estado nos permite ir além dele, mantendo-nos abertos a novas descobertas e possibilidades de aprendizagem. Afinal, não há uma receita para intervir em assentamentos populares, e esses processos de aprendizagem ocorrem "por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado" (GOHN, 2001, p. 102-103).

O curso não foi algo estanque, pelo contrário, ele acompanhou a realidade. E isso é importante de ser ressaltado: as demandas reais direcionaram o desenvolvimento do CPPATHIS. Para além do processo de formação profissionalizante, lidamos diretamente com problemas reais de mais de 500 famílias, que lutam pelo direito de morar dignamente. Na ausência do Estado, lidamos com os impactos reais da falta de infraestrutura urbana, como saneamento básico, abastecimento de água e drenagem, com os problemas reais das estruturas das casas. Lidamos com a iminência real de um processo de reintegração de posse.

A partir do primeiro contato, foram pensadas diversas frentes de trabalho que pretendiam abordar questões mais coletivas, como as vinculadas aos espaços comunitários e de infraestrutura, como também às questões mais específicas das unidades habitacionais. Disso, quatro frentes de

trabalho se desenvolveram: I) Dados; II) Melhorias habitacionais; III) Drenagem; e IV) Contenção. As ações realizadas em cada uma delas serão detalhadas a seguir.

O CPPATHIS reforçou que a extensão universitária não pode ser vista como uma ação de bondade, é preciso reafirmar seu caráter político (D'OTTAVIANO; ROVATI, 2017). E nós, enquanto assessores técnicos em formação, precisamos nos posicionar e alinhar nossa prática à produção de espaços inclusivos, democráticos e dignos.

3. AS FRENTES DE TRABALHO

Dentre as primeiras atividades de aproximações do curso entre os cursistas e o local onde seriam realizadas as atividades práticas, destaca-se uma apresentação preliminar e geral da ocupação, uma vez que para grande maioria dos alunos esse seria o primeiro contato. Além disso, técnicos da Peabiru realizaram uma apresentação do Plano Urbanístico feito para o Jd. da União e, também foram recebidos alguns moradores da ocupação para que através de seus relatos e experiências, fosse possível construir um panorama geral do bairro.

Já a primeira experiência do curso junto ao Jd. da União e seus moradores, foi destinada a realização de uma visita por toda a ocupação com o acompanhamento de alguns moradores. Durante a visita, os alunos receberam um mapa do Plano Urbanístico e uma imagem aérea da área para que pudessem transcrever relatos dos moradores, elaborar desenhos/croquis ou marcar observações de pontos dentro da ocupação ou do entorno.

Através dos dados obtidos por meio da observação e conversa com os moradores, pretendia-se iniciar uma discussão sobre possíveis demandas que foram absorvidas pelos alunos. Entretanto, como a ocupação do Jd. da União no período estava enfrentando novamente uma ameaça de reintegração de posse desde dezembro de 2018 pela CDHU, coletivamente optou-se por inicialmente realizar atividades que pudessem contribuir para reverter o processo de reintegração contribuindo com a Defensoria Pública.

Assim, as primeiras atividades desenvolvidas consistiram no levantamento aéreo com veículo aéreo não tripulado - VANT e na divisão dos alunos em grupos para aplicação de um questionário em toda a ocupação com intuito de atualizar o cadastro dos moradores.

Após o levantamento aéreo foi feito o processamento das imagens obtidas no vôo por VANT e posteriormente foi feita a vetorização das quadras e edificações, sendo esta uma atividade organizada e realizada em parceria com o Grupo de Pesquisa Práticas de Pesquisa Ensino e Extensão em Urbanismo - PexUrb, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos - IAU USP.

O geoprocessamento permitiu o reconhecimento do alto grau de organização dos moradores do Jd. da União frente a um cenário de escassez de políticas públicas urbanas e habitacionais (no enfrentamento do problema social da habitação), além de tornar evidentes os grandes avanços de auto organização para implementação do Plano Urbanístico Popular, como indicado nas figuras 6 e 7.



Figuras 6 e 7 - Jd. da União antes da execução do Plano Urbanístico, em 2017 (à esquerda) e Jd. da União após a execução do Plano Urbanístico, em 2019 (à direita).
Fonte: Google Earth.

A partir da base resultante do levantamento aéreo, ainda sem definição das demais frentes de trabalho, todos os alunos participaram da aplicação dos questionários socioeconômicos que seriam posteriormente utilizados tanto para atualização, dos dados cadastrais socioeconômico dos moradores junto à Associação de Moradores do Jd. da União, quanto para auxiliar diretamente a Defensoria Pública através do fornecimento de um relatório com as informações atualizadas sobre a ocupação.

Ao todo, o questionário contou com a participação de mais de 500 famílias, revelando que a ocupação possuía até o momento quase 100% dos lotes ocupados.

As questões abordaram características físicas da residência e aspectos individuais de cada morador da unidade. mais de 50% das famílias estão desde o início da ocupação. Além disso, outro dado que merece ser destacado é o local de residência anterior das famílias, mais de 80% residiam em área de represa.

Um aspecto que não é novo, mas sobre o qual o questionário jogou luz são as relações de trabalho, dentre os quase 1.500 moradores que obtivemos informação, quase um terço está caracterizado como “sem ocupação anterior¹¹”, 15% informaram ter trabalho formal, 20% informal, 10% se enquadravam como outro tipo de ocupação, e 10% como desempregados. Neste quesito, saltam aos olhos o grande número de trabalhadores informais e desempregados, além do constante constrangimento dos moradores, nas entrevistas, em responder que “no momento estava sem trabalho”, ou “viviam de bico”, se persistiam as perguntas sobre onde trabalhava, média de remuneração, tempo de deslocamento, seguindo o protocolo feito por nós mesmos, mas com perguntas que não cabiam mais nesse momento, como se não compreendêssemos a instabilidades e incertezas de se “viver de bico”.

A respeito disso, reafirma-se que:

¹¹ Contempla as crianças/adolescentes e os adultos que nunca exerceram atividade remunerada.

Para as famílias brasileiras, um dos maiores problemas é o forte aumento do desemprego em boa parte decorrente do efeito recessivo das políticas de austeridade econômica. Sendo assim, cada vez mais famílias dependem das transferências do governo como sendo a principal fonte de renda, tanto as previdenciárias quanto as assistenciais, que também são ameaçadas pelas políticas de corte permanente de gastos. A queda de renda tem afetado diretamente o padrão de consumo das famílias, reduzindo o consumo de comida, remédio, fraldas, gás, aluguel, entre outros. (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 15).

Entretanto, desmanchando consensos, os dados referentes aos benefícios assistenciais demonstram que apenas uma pequena parcela dos entrevistados recebiam Bolsa Família e uma fração ainda menor recebiam o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Quanto às questões educacionais, pouco mais de um quarto dos jovens não estava matriculado em nenhum sistema de ensino. Entre os que frequentavam a escola mais da metade declarou estudar no entorno próximo ou imediato ao bairro.

Dentro do grupo de moradores maiores de idade, apenas uma pequena parcela se autodeclarou não alfabetizada. Observou-se, durante os questionários, a presença de uma moradora que atualmente não faz mais parte desse pequeno grupo, por ter relatado que aprendeu a ler e escrever dentro da própria ocupação.

O questionário ainda abordava a situação física da moradia, onde foi possível observar que quase metade das casas já possuem fechamento em alvenaria - com ou sem estrutura, enquanto o restante ainda encontra-se construída em madeira e algumas poucas de madeira e lona.

Desta forma, finalizada a aplicação dos questionários, iniciou-se a atualização dos dados cadastrais dos moradores da ocupação do Jd. da União junto da Associação. Neste momento, notabiliza-se que além de ter sido possível obter maior conhecimento sobre a realidade local, outras frentes de trabalho surgem em decorrência da compilação das informações obtidas, mas, também, da observação realizadas pelos alunos, professores e especialistas em relação às “demandas” da ocupação, que posteriormente foram confirmadas com os moradores. A primeira delas, a **Frente de Dados**, se formou quase que concomitantemente a aplicação do questionário pela necessidade de compatibilização das informações levantadas com o cadastro já existente na Associação dos Moradores.

Essas atividades vieram a se prolongar por todo o período do curso em função da quantidade de informações coletadas e também pelo constante diálogo que foi estabelecido com a Defensoria Pública, através do acompanhamento em reuniões, fornecimento de mapas, gráficos, imagens e relatórios, etc.

As outras frentes recebem os nomes de **Melhorias Habitacionais, Contenção e Drenagem**, que serão explicadas mais adiante. É importante mencionar que essa divisão foi realizada com o intuito de otimizar o processo, pois essas frentes são complementares e se referem

a atuação no Jd. da União como um todo, tendo sido supervisionadas pelos professores e especialistas convidados, bem como acompanhadas pelos monitores do curso.

A Frente de Melhorias Habitacionais se forma preliminarmente em vista da preocupação com a qualidade física das moradias locais. Por esta razão, as primeiras discussões sobre possíveis atividades desta frente voltaram-se à tentativa de intervir em algumas moradias. No entanto, diversos questionamentos passaram a preocupar o grupo como, por exemplo, quais moradias seriam escolhidas e que critérios as selecionariam. O tempo do curso seria suficiente para isso? Quais implicações isso poderia ter? E principalmente, quais e de onde viriam os recursos para isso?

Neste momento o grupo defronta-se com os limites efetivos de se propor melhorias habitacionais para uma ocupação desta escala, frente a falta de políticas e recursos públicos em diferentes níveis de governo. Assim, este também foi um momento fundamental para a reflexão a respeito do papel do curso, que jamais supriria a ausência de intervenção estatal na provisão e melhoria de moradias.

Superado este momento, a frente tão logo compreendeu que medidas mais efetivas poderiam caminhar e dialogar junto das características físicas dominantes desses espaços, e para isso, tendo como base o levantamento geral realizado anteriormente, foi atualizada a leitura da área, neste momento no perímetro dos lotes e das moradias, identificando as tipologias construtivas existentes na ocupação, como materiais construtivos mais utilizados, tipos de estruturas, fundações, acabamentos, condições de ventilação e iluminação, padrões de ocupação do lote, entre outras problemáticas.

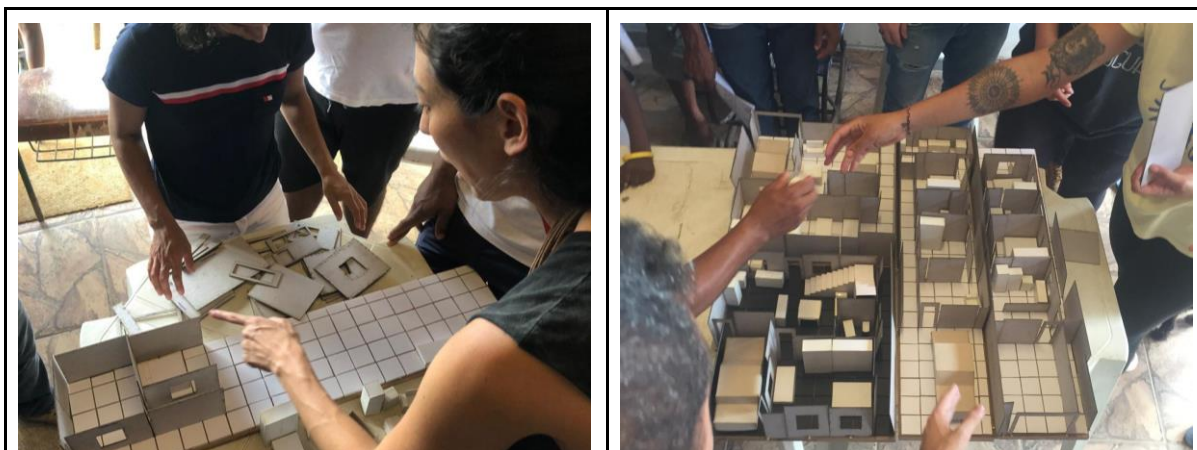
A priori, foram identificados os principais padrões construtivos das moradias, sendo eles: 1) Alvenaria sem estrutura, 2) Alvenaria com estrutura, 3) Madeira e 4) Madeira e Alvenaria. A partir disso, foi constatado em conversa com os moradores que os construtores internos a ocupação se repetiam na construção das casas, quando não, trocavam experiências e soluções construtivas entre si que se passavam a se repetir. Por esta razão, idealizou-se realização de oficinas, que posteriormente vieram a ser conhecidas como um curso livre que fosse capaz de abranger tanto esses construtores, quanto moradores - com casas já construídas, em reforma ou à construir, e que desejassem conhecer os princípios básicos de desenho, projeto e execução de uma obra (Figuras 8 e 9).



A idealização das oficinas se deu também em decorrência do diálogo estabelecido com dois dos principais construtores e também moradores do Jd. da União. Com isso, não se pretendia que os arquitetos e técnicos envolvidos “doutrinassem” os participantes com normas técnicas, formas de ocupação do lote, e especificidades de projeto e execução de obra a serem seguidas. Pretendeu-se, da maneira mais horizontal possível, propor um espaço apto para troca de experiências teóricas e práticas de todos, tendo como horizonte o potencial de aprendizagem e troca de saberes.

O curso foi realizado ao longo de algumas semanas e tratou de assuntos voltados para melhor direcionamento aos moradores que estavam participando e que viriam ainda a construir suas residências ou reformá-las, buscando juntar os conhecimentos teóricos e práticos dos técnicos envolvidos e também dos construtores que possuem uma ampla experiência no setor da construção civil. Por esta razão, as atividades iniciais buscaram contextualizar os participantes em relação às questões de representações projetuais básicas e desenhos, iluminando a importância do processo de concepção do projeto residencial e levando em consideração as questões de ocupação do lote, benefícios de áreas permeáveis, espaços mínimos para determinadas funções e usos.

As maquetes foram utilizadas por várias vezes como ferramenta dinâmica, contemplando os dois tipos de terrenos existentes com módulos de paredes, janelas e portas, além de móveis em escala para que os participantes pudessem replicar uma residência já construída ou idealizar uma nova, levando em consideração as questões de aberturas, ventilação, iluminação, espaços mínimos para circulação, móveis, garagem, escadas, etc., buscando demonstrar de maneira prática a importância de uma concepção projetual prévia, sem os padrões conhecidos na arquitetura, mas um projeto que possa auxiliar nas futuras tomadas de decisão, especificação e quantificação durante a execução. As figuras 10 e 11 foram tiradas durante o desenvolvimento de uma dessas atividades.



Figuras 10 e 11 - Exercício com maquetes durante o Curso de Construção Civil. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Nesta etapa seguinte, voltou-se para as diferentes e possíveis formas de representar as ideias através do desenho e ficou evidente como as formas de representações de janelas, portas,

materiais, etc., tão comuns e engessadas aos arquitetos e engenheiros, podem variar na linguagem popular, e justamente por isso, não deve ser visto como uma prática incorreta. Era enfatizado que se esta era a forma como eles costumavam desenhar, de mais fácil de entendimento, que assim a utilizassem já que o objetivo era que eles pudessem aplicar os conhecimentos do curso na concepção e execução da própria residência. Sempre que essas divergências ocorriam, eram demonstradas também as formas técnicas normatizadas em um desenho técnico.

Nas questões mais construtivas e de caráter de execução, foram enfatizadas as etapas de construção importantes a serem seguidas para que se obtenha um bom resultado ao final, e principalmente, como um bom desenho proporcionaria uma economia maior na execução da obra, através de uma quantificação precisa de materiais. Para isso foram realizados exercícios de quantificação dos principais materiais utilizados na construção e acabamento: blocos, tijolos, argamassa, cimento, pisos, tintas, dentre outros.

É importante ressaltar que durante todas as oficinas, procurou-se integrar os construtores que participaram da concepção do curso, para que pudessem passar suas experiências nos diferentes temas abordados, além dos participantes do Curso de Construção Civil, que auxiliaram nas elaboração das atividades, cursistas, especialistas, monitores e professores.

Fica evidente, assim, a importância da realização do questionário socioeconômico para o levantamento de dados e atualização cadastral na primeira atividade prática na ocupação, não somente por ter sido o pontapé para a identificação e melhor compreensão das “demandas”, mas também, porque foi através dele que foram definidas as demais frente de trabalho.

A permanência no território permitiu que, para além das constatações “à primeira vista”, as conversas com os moradores confirmassem as questões de contenção de terras e drenagem urbana expressas sobretudo na quadra no. 16. Os cortes realizados inadequadamente no terreno somados à topografia, resultaram em uma significativa confluência de água para as áreas vizinhas à rua Antônio Burlini.

A necessidade - urgente - de contenção do terreno em alguns pontos e a drenagem das águas pluviais logo revelou a necessidade de uma franca conversa com os moradores, em que os riscos às moradias deveriam ser expostos e o senso comum sobre o problema ser “a água do vizinho”, deveria ser combatido em prol de um entendimento da questão como dimensão coletiva.

Neste sentido, a frente de contenção se propõe a tratar destas questões, e através de reuniões, representações em desenhos e maquetes, colocam a importância da movimentação e corte consciente dos terrenos.

As escalas de intervenção, que da esfera domiciliar passaram às quadras, agora assumem a instância do público, esbarrando até mesmo nas competências de infraestruturas a serem providas pelo Estado.

A frente de drenagem, se dedica então ao objetivo de pensar as soluções referentes ao escoamento da água em todo o Jardim da União, bem como se propôs a desenvolver o projeto geométrico das vias, a partir do Plano Popular.

Em processos igualmente repletos de idas e vindas, a Contenção desenvolveu algumas soluções técnicas para possíveis muros de arrimo, enquanto a Drenagem executou um protótipo de biovaleta (Figuras 12 e 13). As inúmeras alterações do projeto de escoamento de águas, devidas desde à falta de recursos e meios para pensar e executar as obras até aos tempos (meteorológicos e organizacionais), evidenciam a importância do processo para além do produto. Sobretudo, porque foi nesta sucessão em que se deu a participação - ora fluida, ora tensa - dos moradores na construção da estrutura de drenagem.



Figuras 12 e 13 - Construção da biovaleta realizada em sistema de mutirão pelos alunos e moradores do Jd. da União. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

A biovaleta se coloca como uma solução pontual, um dispositivo provisório que não deve ser entendido como um modelo a ser replicável, mas sim como objeto da luta pela universalização da infraestrutura, uma vez que, na práxis, entendemos ser essa uma função do Estado. Que seja então, este protótipo, em nós, e no Jardim da União, o elemento disparador das questões sobre onde está o Estado nas contradições da produção capitalista do espaço urbano, e reivindicação pelo direito à cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jardim da União é um caso de intervenção em assentamento popular que apresenta especificidades que o torna uma experiência expressiva. Podemos analisá-lo sob diferentes perspectivas, sejam elas sociais, políticas, urbanísticas, ambientais, culturais, entre outras. Por exemplo, o fato dos próprios moradores terem elaborado um Plano Popular Urbanístico com a assessoria técnica é algo relevante. Mais do que isso, o que merece destaque é que eles mesmos viabilizaram e executaram o plano, abrindo ruas, delimitando lotes, autoconstruindo as casas e assegurando provisoriamente luz e água. Lembrando que essa ocupação vivencia atualmente o conflito de uma iminente reintegração de posse, é fundamental entender o papel do Estado nessas dinâmicas urbanas.

O Estado, que deveria garantir os direitos básicos da população, é o mesmo que cria mecanismos cruéis de exclusão e segregação. Sob esse olhar e entendendo o planejamento urbano como uma ferramenta de controle estatal, como podemos ter a perspectiva de universalização da infraestrutura e dos serviços? Essa atuação omissa do Estado é vantajosa, é favorável ao capital.

Não fornecer as condições mínimas para a produção e reprodução da vida não vai fazer com que as pessoas desapareçam, e sim, que encontrem alternativas por conta própria - e o Jd. da União é um exemplo disso. Considerando as mais de 500 famílias, já seria grave o Estado não incluí-las em suas políticas públicas, porém, quando ele é o principal agente que viola seus direitos - como no caso da reintegração de posse -, os caminhos a serem seguidos se reduzem drasticamente.

Frente a isso, o CPPATHIS foi construído. Como visto, diversas atividades, com diferentes focos, atores e escalas foram realizadas ao longo dos meses. Tratou-se de uma experiência pioneira na articulação de extensão universitária e prática profissional. Reacendeu a discussão do que é extensão, qual seu alcance, seu papel dentro e fora da universidade. Para além das contradições desses processos, o curso evidenciou também como o tema da assessoria técnica é tratado dentro dos cursos de graduação: pouco ou nada explorado.

O que essa vivência nos ensinou é que a assessoria técnica é um campo de resistência (SANTO AMORE; PEREIRA; Horigoshi, 2018), não pode ser um nicho de mercado. É necessário tensionar constantemente o Estado na elaboração e implementação de políticas públicas que garantam os direitos básicos. Enquanto assessores, somos mediadores no conflito da produção do espaço. Mediadores que precisam escolher um lado e, geralmente, contra o Estado. Portanto, na luta para garantir o direito de estar dos moradores do Jd. da União, o processo é coletivo, multidisciplinar e político.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. - São Paulo: Editora Liberdade, 2011.
- BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm>. Acesso em: 08 jul. 2019.
- CABRAL, G. **A autoconstrução da habitação urbana:** um estudo de caso em Paraisópolis. Trabalho Final de Graduação, FAU, Universidade de São Paulo, 2017.
- DEÁK, C. ; SCHIFFER, S. R.. **O processo de urbanização no Brasil.** 2. ed. - São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.
- DWECK; OLIVEIRA; ROSSI (Orgs.). **Austeridade e retrocesso:** impactos da política fiscal no Brasil. 1. ed. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.
- D'OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. Os territórios da extensão universitária. In: _____ (Orgs.). **Para além da sala de aula:** extensão universitária e planejamento urbano e regional. São Paulo: FAUUSP, 2017. cap. 1, p. 14-24.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários às práticas educativas. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, M. F. e NUNES, E. (Orgs.). **Formação e prática profissional do arquiteto – três experiências em participação comunitária:** Ermínia Maricato, José F. Calazans, Luís

Fingerman. In: Espaços & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, nº8. Cortez Editora. São Paulo, Jan/Abr 1983. p.79-95

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2001.

MARICATO, E. **Habitação e cidade.** São Paulo: Editora Atual, 1997.

_____. A terra é um nó na sociedade brasileira..também nas cidades. **Cultura Vozes** [S.l.], v. no/dez. 1999, n. 6, p. 7-22, 1999.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

ROSSI, M. T. B. **Habitação Social e Gestão Associativa: Avaliação dos programas promovidos pelo governo do Estado de São Paulo no período 1990 a 2008.** 2012. 288f. Tese de doutoramento Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTO AMORE, Caio. **Caio Santo Amore e o desafio concreto de ser um arquiteto útil.** Entrevista concedida ao CAU/GO, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.cau.br.gov.br/o-desafio-concreto-de-ser-um-arquiteto-util/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

_____; PEREIRA, R. B.; Horigoshi, M. R. S. B. **Resistências urbanas e assessoria técnica, a arquitetura possível e necessária.** In: III Urbfavelas - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018, Salvador. Anais III Urbfavelas - Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2018.

_____; PEREIRA, R. B.; Horigoshi, M. R. S. B. **De afeto e de escola: formação em assessoria e assistência técnica.** In: FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; IACOVINI, V. (Orgs). Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas. 1a. Edição. São Paulo: Peabiru TCA e Coletivo Lablaje, 2019.

_____; REIS, N. L.; MARQUES, A. H. O.; PEREIRA, M. B. **Projeto para quê? Projeto para quem?** In: FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; IACOVINI, V. (Orgs). Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas. 1a. Edição. São Paulo: Peabiru TCA e Coletivo Lablaje, 2019.